
“Esta traição”: verdade e cuidado em *Paisagens da memória*, de Ruth Klüger¹

Mariana Quadros Pinheiro

De uma autobiografia, espera-se a verdade. Talvez o leitor menos ingênuo possa desconfiar a cada passo que ficção e história se tangenciam ou mesmo se confundem. Ainda assim, desfeita a crença na transparência do discurso, um horizonte em que biográfico e ficcional se distinguem move a leitura dos relatos pessoais. Não se trata apenas de uma compulsão por não ser logrado. O leitor de autobiografias – ou daquelas cujo interesse está além das anedotas sobre a vida íntima de “notáveis” – reconhece nesse gênero de textos o estabelecimento de uma responsabilidade sobre a história.

Também o escritor de relatos autobiográficos firma, a cada passo, seu compromisso com a fidedignidade aos acontecimentos vividos. Assim o faz Ruth Klüger ao longo do testemunho traduzido em português sob o título *Paisagens da memória*. Nele, afirma a autora, tomou “o maior cuidado em contar a verdade, a mais precisa” (KLÜGER, 2009, p. 21).² Mais uma vez, autobiografia e zelo se relacionam.

Toma-se cuidado, porém, com o que está sob ameaça. No testemunho da autora austríaca, sobrevivente de campos de concentração nazistas, o passado não é ofertado como um quadro inteiriço ou concluso. A verdade apresentada baseia-se na memória: em meio às lembranças, há lacunas; devido às fissuras entre a fantasia e a recordação, barra-se a possibilidade de um resgate totalizante do real vivenciado. As imagens do vivido se vão tecendo no discurso, como uma busca, uma tarefa, pois – lê-se em *Paisagens da memória* – “cada dia que passa é como uma porta que se fecha atrás de mim e me expulsa. Procurar o passado quando este está encravado” (KLÜGER, 2005, p. 246). Devido aos limites interpostos entre o hoje e o outrora, narrar se torna uma incumbência.

O encargo não é de ordem individualista. Responde-se por aquilo que não poderia de outro modo ser figurado ou por quem já não pode tomar a palavra. Os mortos tornaram-se

¹ Trabalho realizado com o apoio da Capes.

² A declaração foi extraída de ensaio de importância fundamental para a análise das relações entre traição e verdade em *Paisagens da memória*: “A escritura autobiográfica entre literatura e realidade”. A tradução brasileira do texto foi publicada em *Em primeira pessoa*: abordagens de uma teoria da autobiografia.

fantasmas e exigem: “Fala”.³ No entanto, a palavra da narradora não pode dar conta da realidade do campo, “diferente para cada um” (Idem, p. 77). Talvez por isso, a verdade reivindicada limita com a traição, como se lê em um dos poemas publicados ao longo da narrativa:

E todo interrogatório é sobre fatos
que aconteceram perto de mim, porém sem mim.
Eu vi, como vou negar?
Mas nem as testemunhas mais mentirosas
são tão pouco confiáveis quanto eu. (Idem, ibidem, p. 252)

O testemunho pelo outro – pelo que aconteceu “sem mim” – é pouco confiável. O eu inscrito no texto não é, contudo, um mentiroso, ainda que a isso seja desfavoravelmente comparado. Não se trata da má-fé de quem mente, mas de um problema decorrente da estrutura da linguagem: poder falar pelo outro revela a impossibilidade deste de falar; dessa forma, dá a ver também os limites do discurso de quem ainda pode dizer “eu vi, como vou negar?”. Talvez aí, no extremo em que se deve falar também pelos áfonos, enunciar a verdade e trair se confundam. Porque só quem assume que “nem todos são iguais, campo de concentração não é igual a campo de concentração” pode reconhecer no maior logro – na permanência de um resto inaudito – o cumprimento da tarefa de testemunhar, a assunção de uma responsabilidade. As relações entre traição, verdade e cuidado em *Paisagens da memória* constituem o tema deste ensaio.⁴

1 NOMEAR, TRAIR, RESPONDER

Qualquer autobiografia tem de responder pelo que afirma sobre os que nela não puderam falar ou falaram apenas indiretamente por meio das palavras do autor – o risco constante de ações judiciais por inverdades ou supostas difamações comprovando a responsabilidade de quem escreve sobre si e, por isso, também necessariamente sobre os outros. Nesse sentido, o testemunho de Ruth Klüger pouco pareceria se distinguir do relato a respeito

³ Citamos trechos do poema “Recusa a depor”, publicado em *Paisagens da memória* (2005, p. 251-252).

⁴ O problema da traição em *Paisagens da memória* é amplo e permitiria abordagens variadas. Neste ensaio, restringimo-nos à análise do tema no que tange à questão do testemunho pelos mortos nos campos.

das peripécias íntimas de uma “personalidade” qualquer. Em todo caso, narram-se ações ou se descrevem caracteres cujo sujeito se pode quase sempre reconhecer, seja ele nomeado ou não.

Não nos esqueçamos, porém, de que no testemunho sobre os campos de concentração não raro (ou quase sempre) as personagens sobre quem se escreve foram dizimadas: narrar-lhes a existência é um modo de registrar a destruição de seu corpo e, assim, de sua voz. Falar sobre os mortos implica defrontar-se com a barreira de um não enunciável, de uma irresponsabilidade. Em *Paisagens da memória*, os nomes traçam os limites entre os mortos e os que ainda poderiam tomar a palavra. Ou ainda: entre aqueles cujo fim incompreensível move um luto nunca terminado e quem, apesar de morto, resta apenas como lembrança de infância.

Para os vivos, a narradora cria novos nomes. Já na página 11 da edição brasileira, deparamo-nos com a primeira explicitação de um batismo realizado pela escrita de Klüger: “Havia um, muito jovem ainda, vamos chamá-lo Hans [...]” (idem, *ibidem*, p. 11). A respeito de outra personagem, ela acrescenta a seguir: “[...] vamos chamá-lo de Heinz [...]” (idem, *ibidem*, p. 12). Ao dar novos nomes a essas personagens, primos da narradora, ela as atrai para um espaço ficcional ou para uma zona limítrofe entre a ficção e o biográfico – a inovação revelando traços insuspeitos acerca da história. É significativo de tal fertilização da biografia pela ficção que esses familiares, sobreviventes do nazismo, sejam ironicamente chamados por nomes alemães. O recurso talvez tenha como efeito realçar a incontestável inserção do antissemitismo no esclarecimento, de que o nazismo foi um fruto perverso.⁵ É provável também que indique a transformação dos familiares em “sobreviventes” graças às ações germânicas nos anos 1930 e 1940: não mais apenas judeus, mas judeus “germanizados” no que houve de pior ao se confrontarem dois povos: homens torturados, perseguidos, exilados.

Outras personagens têm nomes ficcionais: a irmã de criação, “que já mencionei e a quem chamei de Ditha [...]” (idem, *ibidem*, p. 139); as amigas conhecidas nos Estados Unidos – “a todas dei nomes diferentes”, afirma a narradora (idem, *ibidem*, p. 222); a tia-avó morta na câmara de gás, chamada de Rosa por Klüger. Também os mortos podem ganhar novos nomes. O procedimento parece profanar a vida já outrora extirpada pelo nazismo. Com efeito, assim como esse regime apagou as diferenças entre os judeus – tornados todos peças, “figuras” –

⁵ A respeito da popularização do antissemitismo, Adorno e Horkheimer afirmam: “Mas a figura do espírito social e individual que se manifesta no antissemitismo, isto é, o enredamento pré-histórico e histórico ao qual fica preso enquanto tentativa desesperada de evasão, permanece em total obscuridade. Se um mal tão profundamente arraigado na civilização não encontra sua justificação no conhecimento, o indivíduo também não conseguirá aplacá-lo, ainda que seja tão bem-intencionado quanto a própria vítima. Por mais corretas que sejam, as explicações e os contra-argumentos racionais, de natureza econômica e política, não conseguem fazê-lo, porque a racionalidade ligada à dominação está ela própria na base do sofrimento.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 159) O “mal enraizado na sociedade” é o ódio decorrente de que os judeus ameacem, graças a sua “adaptação deficiente” (idem, p. 158), a universalidade visada pelo esclarecimento.

também o nome que identifica a personagem apaga sua singularidade.⁶ A ficção inscreve, portanto, o procedimento usado pelo agressor contra a vítima como parte já indelével da identidade desta. É possível pensar também que a mobilização da identidade constitua um recurso para movimentar a existência enrijecida pela morte hedionda na câmara de gás e pela distância entre gerações, conforme lemos no testemunho de Klüger:

Assim, enrijecida pela morte, ela personifica a distância da geração dos pais e não me é possível pensar nela ou nos respectivos tios com emoção alguma. Ao mesmo tempo, horroriza-me o fato de que tia Rosa, morta pelo gás, nada mais seja do que uma lembrança amarga da infância, a mulher que me puniu ao descobrir que eu jogara na pia o chocolate quente matinal. (idem, ibidem, p. 16)

Contra a paralisia mortífera promovida pelo nazismo, a fertilidade do nome criado perverte a história. Terá a ficção se sobreposto, assim, ao biográfico? A escrita de Klüger resiste a tal inversão, fruto de uma dicotomia rígida, visto que a ironia evidente do nome “Rosa” contribui para revelar o abismo entre a proficuidade da escrita e a dureza do passado fendido pelo genocídio. De fato, Rosa é uma imagem rija, uma “lembrança amarga da infância”.

Em *Paisagens da memória*, os nomes ajudam a traçar também diferenças entre os mortos. Nem todo cadáver poderá ter sua memória mobilizada. Nem todos receberão novas alcunhas. Há aqueles que permanecem petrificados pelo trauma. Há aqueles que exigem o compromisso com seu nome. É o caso do pai da narradora, morto pelos nazistas:

E por que você quer rezar o *kadish*?, perguntam-me surpresos. Você não é fanática por rezas nem tampouco arranca os cabelos em público. Sim, mas os mortos nos impõem tarefas, não? Querem ser celebrados e, ao mesmo tempo, superados. Justamente os alemães sabem disso, se tornaram um povo de especialistas em superação – tanto que até mesmo inventaram uma expressão para isto, *Vergangenheitsbewältigung*, a superação do passado.

Portanto, como posso celebrá-lo? Posso chamá-lo pelo nome, e isso é tudo. Chamava-se Viktor. (idem, ibidem, p. 25-26)

⁶ Citamos trecho em que a narradora discute o nome legado a suas amigas norte-americanas: “Assim, vamos nos tecendo e entretecendo, e o nome que as identifica apaga as identidades.” (KLÜGER, op. cit., p. 225)

Os mortos impõem duas tarefas: superar e celebrar. A primeira está reservada aos alemães, cuja *Vergangenheitsbewältigung* prevê uma reconciliação apaziguadora do horror. Aos que perderam *seus* familiares, a reconciliação parece improvável ou impossível. Assim o é, ao menos, para a narradora de *Paisagens da memória*. Contra o estímulo ao perdão, ela responde: “Estilhaços por onde quer que se olhe. Só em minha intransigência me reconheço, é nela que me agarro. Deixe-a comigo.” (idem, ibidem, p. 247). E ainda: “A Electra de Hofmannstahl diz: ‘Não sou um animal, não posso esquecer’. Perdoar dá náuseas, penso ou digo [...]” (idem, ibidem, p. 247). A impossibilidade de esquecer, de superar, não se restringe à intransigência com os agressores do passado. É mais ampla e mais grave: avança até a incapacidade de realizar o trabalho de luto. Os mortos sem sepultura, como o pai e o irmão da narradora, tornaram-se fantasmas. Não podem ser pranteados porque não se sabe de que morte morreram⁷ ou esse saber veio muito tardiamente, como um vapor aos poucos formado, nas palavras de Ruth Klüger:

Onde não existe túmulo, o trabalho de luto nunca termina. Ou então fazemos como os animais e não pranteamos ninguém. Quando digo túmulo não me refiro a um local fixo em um cemitério, mas sim ao fato de saber que a morte ocorreu, que a pessoa querida morreu. Para minha mãe, nunca houve um dia sequer em que ela soubesse com certeza que ambos, o marido e o filho, *não* tivessem escapado do assassinato em massa. A esperança era como uma quantidade limitada de líquido que vai evaporando com o tempo. (idem, ibidem, p. 87)

O túmulo ausente impede ou retarda o “exame da realidade”, fundamental para a comprovação de que o objeto amado não mais existe, segundo Freud em “Luto e melancolia”:

Em que consiste o trabalho de luto? Não me parece descabido expor esse trabalho da forma seguinte. O exame da realidade mostrou que o objeto amado não mais existe, e então exige que toda libido seja retirada de suas conexões com esse objeto. Isso desperta uma compreensível oposição – observa-se geralmente que o ser humano não gosta de abandonar uma posição libidinal, mesmo quando um substituto já se anuncia. (FREUD, 2010, p. 173-174)

⁷ Retomamos formulação de Klüger: “É importante saber como e quando as coisas acontecem a alguém, e não só o que aconteceu. Até mesmo a morte. Principalmente esta, principalmente as mortes; como existem tantas, é importante saber de que morte se morre.” (idem, ibidem, p. 34)

A realidade do pós-guerra pouco comprova de definitivo. Subsiste a esperança de que os homens da família tenham escapado, de que se tenham ocultado em algum lugar. Além disso, a oposição que participa do trabalho de luto se intensifica quando a morte é incompreensível e imperdoável. O pai está fendido entre aquele petrificado na memória, que ainda é capaz de gestos cotidianos, e o objeto da fantasia de uma morte hedionda, em que as vítimas pisoteiam crianças nas câmaras a gás. A memória se torna, então, uma prisão e o objeto ausente resta como uma ferida ou “um móvel que apodrece aos poucos” (KLÜGER, op. cit., p. 33):

Em minhas lembranças, vejo meu pai erguendo cortesmente o chapéu na rua e, em minhas fantasias, vejo-o sofrendo uma morte ingrata, assassinado pelas pessoas que cumprimentava na Neubaugasse, ou por outras semelhantes. Entre uma coisa e outra, nada. Tendemos a falar da vida de alguém conhecido deixando implícito o desfecho já nos episódios iniciais. Com este intuito, lançamos pressupostos e sinais de alerta. Tento fazer isto aqui e não consigo porque a memória também é uma prisão: em vão tentamos nos livrar das imagens que ficaram gravadas na infância. (idem, ibidem, p. 29)

A trajetória do pai está interrompida para sempre. Essa fissura barra o término do trabalho de luto, cuja consumação teria como fim, segundo Freud, que “o Eu fica novamente livre e desimpedido” (FREUD, op. cit., p. 174). A superação se torna inviável. Já não se cumpre uma das exigências dos mortos. A segunda reivindicação tampouco é facilmente atendida. Às mulheres judias é vedado praticar o *kadish*, a oração aos mortos. Como celebrar então o pai ausente? Precariamente, por meio da enunciação de seu nome oficial, não ficcional, espécie de substituto do rito fúnebre. A linguagem se torna, então, um outro modo de cercar o cadáver com uma marca de sua duração. Nome e sepultura, símbolo e lápide, aproximam-se desse modo, como defende Lacan:

[...] o símbolo é justamente o objeto-aí. Quando ele não está mais aí, é o objeto encarnado em sua duração, separado de si próprio e que, por isso mesmo, pode estar de certa forma sempre presente para você, sempre ali, sempre à sua disposição. Encontramos aqui a relação entre o símbolo e o fato de que tudo o que é humano é conservado como tal. Quanto mais humano, mais preservado do lado movediço e descompensante do processo natural. O homem faz subsistir em uma certa permanência tudo o que durou como humano, e, antes de tudo, ele próprio (LACAN, 2005, p. 36).

O pai da narradora já não está mais aí, tampouco está cercado por uma lápide ou por um saber que permita fazer durar a memória da fase terminal de sua vida. Seu nome é, por isso, a principal forma de conservar sua existência passada. Mas não seriam também os nomes fictícios formas de simbolizar os mortos ou o passado dos ainda vivos com quem conviveu a narradora? Certamente sim. Trata-se ainda de símbolos, com os quais a autora pode mobilizar a identidade e a história das personagens, segundo nossa hipótese. O nome enunciado como verdadeiro tem, pois, uma especificidade que é ainda preciso interrogar.

Ao remeter a uma existência civil, o nome do pai fende o relato, fazendo lembrar que “a linha divisória entre história e ficção pode ser muito tênue em se tratando de relatos pessoais, mas ela existe”, como defende Ruth Klüger (2009, p. 21). “Viktor Klüger” já não é um nome entre outros, mas o significante cujo referente é preciso buscar infinitamente e em vão, uma vez que não se pode mais encontrar o corpo identificado pelo nome. O substantivo próprio é, pois, o que desenha a borda entre a referencialidade problemática da biografia e a ficcionalidade indissociável do texto escrito (ou, mesmo, da linguagem humana, segundo Barthes).⁸

De fato, o nome próprio – porque palavra – pressupõe uma fenda entre o significante e o significado, e este já uma barra em relação ao real. Sem abstrair as qualidades do referente, o nome não poderia determinar uma identidade social constante e durável, como defende Pierre Bourdieu: “Em outras palavras, ele só pode atestar a identidade de uma *personalidade*, como individualidade socialmente constituída, à custa de uma formidável abstração [das propriedades sociais e biológicas em constante mutação]” (BOURDIEU, 2006, p. 187). No entanto, porque institui um conceito – e portanto tem um valor simbólico –, o nome próprio não pode prescindir da ausência do referente, vazio que faz recordar sempre ter havido um corpo nomeado. O nome do pai pode, então, ser pensado como um significante que institui um “efeito de real” no testemunho de Ruth Klüger. Aparentemente supérfluo em relação à estrutura do relato, visto que os nomes foram quase todos alterados, “Viktor” parece remeter ao “ter-estado-

⁸ A caracterização do signo linguístico como ficcional foi tomada a Barthes em seu ensaio *A câmara clara.*, em que lemos: “O infortúnio (mas também, talvez, a volúpia) da linguagem é não poder autenticar-se a si mesma. O noema da linguagem talvez seja essa impotência, ou, para falar positivamente: a linguagem é, por natureza, ficcional; para tentar tornar a linguagem inficcional é preciso um enorme dispositivo de medidas: convoca-se a lógica ou, na sua falta, o juramento [...]” (BARTHES, 1984, p. 128). Com esse autor, podemos entender por “ficcional” a separação entre as palavras e as coisas, tema central da reflexão moderna sobre a linguagem.

presente” desse homem assassinado.⁹ O nome do pai, graças à sua distância em relação ao das outras personagens, parece sobrar ou se iluminar em sua diferença. Assim enunciado, esse significante reforça mais uma vez a aproximação da escrita testemunhal de Klüger à grafia da história:

A resistência do ‘real’ (sob a forma escrita, bem entendido) à estrutura é limitadíssima na narrativa de ficção, construída, por definição, sobre um modelo que, nas grandes linhas, outras injunções não tem senão as do inteligível; mas esse mesmo ‘real’ passa a ser a referência essencial da narrativa histórica, que se supõe que relate ‘aquilo que se passou realmente’: que importa então a infuncionalidade de um pormenor, desde que denote ‘aquilo que se deu’; o ‘real concreto’ torna-se a justificativa suficiente do dizer. A história (o discurso histórico: *historia rerum gestarum*) é, na verdade, o modelo dessas narrativas que admitem preencher os interstícios de suas funções com notações estruturalmente supérfluas [...] (BARTHES, 2004, p. 187-8).

Em *Paisagens da memória*, a singularidade do nome do pai instaura um apoio para que o vivido possa se infiltrar na narrativa, até então explicitamente ficcional, dos nomes. Desse modo, o significante estranho aproxima o testemunho de um discurso que exponha “aquilo que se passou realmente”, isto é, o vivido e não apenas o inteligível.¹⁰ No lugar da simbolização do corpo morto do pai, o nome parece remeter à sua existência de outrora. Todavia, o vivido não se deixa capturar tão facilmente. O resultado da enunciação do nome é um “efeito de real”, mas não a grafia do real mesmo.¹¹ O símbolo é inevitável: o resultado da referência é apenas a significação da categoria do “real”. O referente vê-se novamente submerso pelo teor simbólico da linguagem verbal. Mais uma vez, o real – o corpo paterno – não pode ser atingido por meio das palavras. Celebrar o pai por meio do nome é mais um modo de reencontrar a ausência do homem morto.

Irrecuperável, para sempre distanciado, o pai ainda exige que se o celebre. O símbolo com que se depara a narradora ao buscar o pai por meio do registro nominal

⁹ Retomamos, em termos muito semelhantes aos de Barthes, sua conceituação a respeito do “efeito de real”: “Tudo isso diz que ao ‘real’ é reputado bastar-se a si mesmo, que é bastante forte para desmentir qualquer idéia de ‘função’, que sua enunciação não precisa ser integrada numa estrutura e que o ‘*ter-estado-presente*’ das coisas é um princípio suficiente de palavra” (BARTHES, 2004, p. 188).

¹⁰ Retomamos, mais uma vez, categorias propostas por Barthes: “A ‘representação’ pura e simples do real, o relato nu ‘daquilo que é’ (ou foi) aparece assim como uma resistência ao sentido; essa resistência confirma a grande oposição mítica do vivido (do vivo) ao inteligível [...]” (idem, *ibidem*, p. 187).

¹¹ Guiamo-nos pela distinção lacaniana entre o real, insimbolizável, e o simbólico. Nas palavras do psicanalista: “O real é ou a totalidade ou o instante esvanecido.” (LACAN, *op. cit.*, p. 45) enquanto “Os símbolos são precisamente elementos que não têm nada a ver com a realidade. Um ser completamente engaiolado na realidade, como o animal, não tem nenhum ideia disso.” (idem, *ibidem*, p. 46-47)

parece ser o mais propício para a celebração exigida. “Viktor”, o vitorioso: o significante é perfeito para que seja construída uma imagem laudatória do homem assassinado. A apropriação do símbolo por Klüger realiza a operação contrária, no entanto. A narradora dá a ver a fenda entre o significante e o significado:

Meu filho mais velho deveria ter recebido o nome de meu pai; segundo a tradição judaica, as crianças recebem os nomes de parentes falecidos. Mas no nono mês de gravidez, e eu era ainda muito jovem, pareceu-me sinistro dar a uma criança o nome de alguém assassinado de maneira tão brutal, e o nome em si era um escárnio; ele, um vitorioso? E assim demos ao recém-nascido um nome inglês que nada significava para nós. Por vezes, isto me parece uma traição. E talvez quisesse de fato vingar-me pela traição que ele cometera contra mim, que partira e não me levava consigo e jamais voltara, impedindo-o de reviver através dos netos. Pois também meu segundo filho não recebeu o seu nome. (idem, *ibidem*, p. 27)

Ao transformar o pai em mais um número, “figura” e não cadáver, a morte no campo lhe afasta do significado de seu nome. A arbitrariedade da linguagem é aí plenamente iluminada. Entre o nome e o destino interrompido de forma ignominiosa, está o abismo adensado pelo genocídio. Essa fissura, que a história evidencia, não deveria ser repassada aos filhos. A identidade criada pelo nome paterno¹² é, pois, recusada como se é negada uma piada ou uma promessa inexecutável. Tal recusa é por vezes sentida como uma traição. De fato, não seria justo a fratura que seria preciso transmitir? Responder à interpelação do pai morto não se identificaria a gravar a vergonha que para sempre se atrelou a seu nome?

Em *O que resta de Auschwitz*, Agamben analisa a vergonha como um sentimento fundamental para a compreensão da violência contra os internados no campo de concentração. Esse afeto não se identifica à culpa dos sobreviventes, mas se

¹² Devemos à leitura do *Dicionário de Psicanálise*, de Roudinesco e Plon, a relevância aqui assumida no que tange ao valor simbólico e fundador do nome do pai: “Segundo essa perspectiva, o pai exerce uma função essencialmente simbólica: ele nomeia, dá seu nome, e, através desse ato, encarna a lei. Por conseguinte, se a sociedade humana, como sublinha Lacan, é dominada pelo primado da linguagem, isso quer dizer que a função paterna não é outra coisa senão o exercício de uma nomeação que permite à criança adquirir sua identidade” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 542) Em “Imaginário, simbólico, real”, Lacan enuncia a tese resumida pelo dicionário. Nessa conferência, a paternidade é dada como um exemplo do que não tem evidência sensível na realidade humana, mas é construído por certas relações simbólicas que podem em seguida encontrar sua confirmação na realidade. “O pai é de fato o genitor. Mas, antes que o saibamos de fonte segura, o nome do pai cria a função do pai.” (idem, *ibidem*, p. 47) No trecho em questão de *Paisagens da memória*, o nome do pai assume um valor suplementar ao da lei e da identidade: torna-se a promessa de uma maldição, em uma espécie de retomada da função encantatória das palavras.

relaciona à estrutura da subjetividade. O que a vergonha revela é a incapacidade de o sujeito romper consigo mesmo. A morte anônima, quando mais pungentemente o ser gostaria de “dessolidarizar-se de si mesmo”, se torna, então, a mais vergonhosa:

Esse é o único sentido que pode ter, nos campos, a expressão “morrer no lugar de um outro”: que todos morrem e vivem no lugar de um outro, sem razão nem sentido; que o campo é o lugar em que realmente ninguém consegue morrer ou sobreviver no seu próprio lugar. Auschwitz significou também isso: que o homem, ao morrer, não pode encontrar para sua morte outro sentido senão aquele rubor, senão aquela vergonha. (AGAMBEN, op. cit., p. 108)

O homem morto no campo está para sempre cindido, pois se extingue da forma vergonhosa que revela a incapacidade de todo sujeito de separar-se de si mesmo. Assim, o movimento de subjetivação e dessubjetivação, soberania e sujeição – comum a todos os homens – é paralisado, perpetuado no rubor de quem morre “como um qualquer” ou “no lugar de um outro”, a-sujeitado. A marca da vergonha – rubor ou nome cujo significado se esvaziou – institui, então, um chamamento:¹³ é o índice de que se deve responder pelos que já não podem falar, pelos que perderam a potência anunciada no ato do batismo.

Nomear equivale a reconhecer a possibilidade da fala,¹⁴ para sempre recusada aos mortos anônimos do campo e mais uma vez reafirmada por Ruth Klüger ao se negar a transmitir aos netos o nome do pai. A traição está assim consumada? A não ser de forma ambígua, visto que a transmissão se realiza por meio do testemunho em que é enunciado “Viktor”. A grafia do nome paterno desdobra a traição: revela a deslealdade da filha em relação à perpetuação do pai e também a fratura entre o significado glorioso e o destino violentado. Celebração problemática, “Viktor” é o emblema da resposta possível à interpelação de um morto sem sepultura, fantasmático, nunca plenamente pranteado.

2 O NOME, OS VERSOS, O LUTO

¹³ Mais uma vez Agamben guia nossa proposição de que os índices da vergonha instauram uma apóstrofe. Nas palavras do filósofo: “De toda forma, porém, o rubor é como se fosse uma apóstrofe muda que voa pelos anos e nos alcança, testemunhando por ele.” (idem, *ibidem*, p. 109)

¹⁴ Seguimos aqui a formulação de Lacan em “Introdução aos Nomes-do-pai”. Nessa conferência, lemos: “O nome [...] é uma marca já aberta à leitura – eis por que será lida da mesma forma em todas as línguas – impressa sobre alguma coisa que pode ser um sujeito que vai falar, mas que não falará de modo algum obrigatoriamente” (LACAN, op. cit., p. 74). O nome próprio é atribuído a quem pode assumir a palavra, responder a uma interpelação. Ao impedir que se biografem os momentos finais dos mortos no campo, o nazismo tirou desses homens a possibilidade de interpelar os vivos por meio de seu nome ou de sua história.

O eu que responde pelos mortos – e aos mortos¹⁵ – também poderia ser pensado como fantasmático. De fato, quem assume o discurso em *Paisagens da memória* é um sujeito em fuga, errante, que “não se ocupa por muito tempo em parte alguma” (idem, ibidem, p. 11). Além disso, frente à insistência dos fantasmas, quando eles lhe exigem que fale, “tem de seguir adiante”, como lemos no poema “Recusa a depor”, já citado. A assunção de uma responsabilidade parece, então, definitivamente ameaçada. De um lado, os mortos se esquivam à palavra da sobrevivente: permitem que ela enuncie apenas a fenda entre sua memória e suas fantasias sobre o destino dos que submergiram. De outro, o eu que deve falar pelos mortos tampouco se revela constante ou pleno.

O problema não é exclusivo de uma mulher para quem “a fuga era a melhor coisa, antes e ainda agora.” (idem, ibidem, p. 11). Ele diz respeito à aporia da escrita autobiográfica, fundada na identidade equívoca entre autor e personagem. Onde se quer garantir a palavra de um sujeito que responda por sua fala, encontramos um texto, um objeto que alija seu autor. Tal cisão entre enunciador e enunciado, comum às diferentes formas de escrita, torna-se ainda mais evidente nas obras cujo tema é a vida de quem escreve. Na autobiografia, a escrita tem como objeto aquilo que por definição ela exclui, já que quem grafa sua própria (auto-) vida (bios-) não se identifica àquele grafado na escrita. Há um abismo inscrito no prefixo “auto-”. Graças a essa distância, é necessário encontrar uma fenda por meio da qual o autor possa se infiltrar em sua obra. Essa abertura seria aquela instaurada pelos pronomes de primeira pessoa? O autor diz “eu”, logo se inscreve no texto?

A questão não é tão simples. A fórmula básica de uma obra que se volta para seu enunciador – “eu”, “aqui” e “agora” assumo como tema este presente em que me encontro ou o passado que só se estabelece em função deste presente – é vazia. Ela pouco diz na medida em que os pronomes por meio dos quais o autor tenta se registrar como produtor e tema de seu texto são os mesmos adotados por qualquer falante de uma língua. Assim, se o homem se constitui como sujeito na linguagem, no ato mesmo de uma subjetivação instaura-se o processo contrário, uma dessubjetivação.¹⁶ A passagem da língua ao discurso implica, portanto, que o indivíduo real

¹⁵ Lembramos a recorrência da fórmula “Está vendo?”, dirigida principalmente ao pai ao longo do testemunho de Klüger.

¹⁶ Guiamo-nos pelas reflexões de Benveniste em “Da subjetividade na linguagem”. Nesse artigo, o linguista defende que a capacidade de o homem se constituir como sujeito é inseparável de sua assunção como ser falante: “É ‘ego’ quem *diz ego*”, propõe Benveniste (1995, p. 286). Porém, se o homem se subjetiva ao ser referido pelas formas linguísticas pessoais, também é atraído para uma zona de impessoalidade graças a esses mesmos recursos linguageiros, vazios: “Ora, esses pronomes [pessoais] se distinguem de todas as designações que a língua articula, no seguinte: *não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo*” (idem, ibidem, p. 288). Uma palavra como “eu” não remete a um conceito, visto que não há significados que englobem todos os usos individuais desse pronome (ao contrário do que acontece

– impossibilitado de falar – seja abolido em nome do sujeito da enunciação, um sujeito esvaziado. Não só os mortos estão calados, mas também quem assumiu a incumbência de por eles falar. Para que o silêncio fosse rompido, seria preciso dotar a língua de um conteúdo que permitisse identificar a singularidade daquele que discursa sobre si e sobre os outros.

Lejeune, em *Le pacte autobiographique*, encontra no nome próprio o termo que fixaria a identidade entre o autor e suas marcas no discurso: o eu envia ao enunciador e este envia ao nome próprio. Os pronomes de primeira pessoa, na autobiografia, não remeteriam à enunciação, mas ao enunciado constituído pelo nome divulgado na capa do livro. Eles já não reportam a um fora, irrecuperável, do texto: têm uma função endofórica.

O nome estampado na capa de um volume atuaria, assim, de modo a fechar o sentido do pronome e aprisioná-lo na referência a um indivíduo cuja existência é comprovada pelos documentos que atestam o caráter verídico de sua identidade. O nome próprio, bem como a explicitação por editores de que o texto publicado é uma autobiografia, garante, pois, um pacto¹⁷ que fará com que o leitor situe os termos de primeira pessoa como formas cambiáveis pelo nome, e este como confirmação da identidade entre uma “pessoa real” e os dêiticos usados. Dessa forma, de acordo com a proposta de Philippe Lejeune, o nome próprio se torna o objeto central da autobiografia:

Auteur et personne : l'autobiographie est le genre littéraire qui, par son contenu même, marque le mieux la confusion de l'auteur et de la personne, confusion sur laquelle est fondée toute la pratique et la problématique de la littérature occidentale depuis la fin du XVIII^e

com outros signos, como “árvore”, “casa”, etc.); tampouco remete a um ser específico: se “eu” identificasse um indivíduo em sua particularidade, ele não poderia remeter a todo e qualquer enunciador, como faz.

¹⁷ O pacto autobiográfico, que dá título ao livro de Lejeune, relaciona as reflexões sobre a autobiografia a um contrato de leitura firmado pelo nome próprio e pelas informações estampadas à margem do texto central, no título, subtítulo, prefácio etc. Nas palavras de Lejeune: « Le pacte autobiographique, c'est l'affirmation dans le texte de cette identité [auteur-narrateur-personnage], renvoyant en dernier ressort au nom de l'auteur sur la couverture » (LEJEUNE, 1996, p. 26). Ao analisar a autobiografia em termos de um contrato, Lejeune quer firmar as condições de confiança por meio da identidade entre autor e personagem, que fundamenta a possibilidade de um discurso autobiográfico. Ao advogar que a autobiografia se funda em um pacto baseado na confiança, Ruth Klüger, no ensaio “A escritura autobiográfica entre literatura e realidade”, defende tese semelhante à do pesquisador francês. Segundo a escritora, a linha divisória entre história e ficção é corroborada pelo “contrato entre autor e leitor” (2009, p. 21). Nesse texto, a autora enfatiza: “Mas temos que continuar lendo história diferentemente de ficção e confiando no que o autor e a editora dizem ser um ou outro” (idem, ibidem, p. 25). Certo está que a tese é defendida pela escritora fora do âmbito biográfico de *Paisagens da memória*. Talvez o testemunho resista à ideia apresentada em outro espaço. De todo modo, a proposição constitui um importante índice de como são pensadas as relações entre verdade e biografia na escrita de Klüger.

siècle. D’où l’espèce de *passion du nom propre*, qui dépasse la simple « vanité d’auteur », puisque, à travers elle, c’est la personne elle-même qui revendique l’existence. Le sujet profond de l’autobiographie, c’est le nom propre (LEJEUNE, 1996, p. 33).

Tendo o nome próprio como centro e como problema, a autobiografia constitui um discurso apaixonado: seu *páthos* emerge do desejo de apagar o vazio a ameaçar qualquer marca estável da subjetividade na linguagem. Esse desejo é investido no nome próprio, que, dotado de um conteúdo atestável (a existência garantida pela identidade civil), permite ao autor reconhecer seu texto como emanção e fixação de sua fisionomia e de sua história. A vida grafada sendo certificada como sua e apenas sua devido ao conteúdo da assinatura, o autor reivindica, por meio de sua obra, o direito à existência.

Em *Paisagens da memória*, o nome da autora – e a reivindicação realizada por meio dele – se tornam tema do testemunho. O nome não apenas atesta a existência civil de quem assina o relato. Ele também revela por quem responde Ruth Klüger:

E então, quando minha fé na Áustria, ainda pouco firme, começara a balançar, tornei-me judia como forma de resistência. Antes de completar sete anos, portanto já nos primeiros meses após a Anexação, aboli o nome pelo qual era chamada até então. Antes de Hitler, eu era Susi para todos, depois insisti em adotar o outro nome, que também era meu, por que o tinha então se não podia usá-lo? Queria um nome judeu, adequado às circunstâncias. (KLÜGER, op. cit., p. 40)

A escolha da nova alcunha pela criança esclarece a função do nome próprio apostado à autobiografia: devido à rubrica, aparentemente dotamos o dêitico “eu” de uma significação estável. Em *Paisagens da memória*, esse conteúdo, identitário e comunitário, torna-se objeto de uma escolha: uma resposta à história. O “eu” do relato já parece então distante daquele, em fuga, anunciado nos primeiros parágrafos do testemunho. A fugacidade, no entanto, é recomposta tão logo atingimos uma suposta solidez.¹⁸ A estabilidade está desfeita, em primeira

¹⁸ Essa fugacidade é característica do nome próprio, em um aspecto da rubrica aposta à autobiografia ignorado por Philippe Lejeune. A assinatura não tem apenas uma função de significação, mas também uma função dêítica. Ela aponta para um fora do texto ou, antes, para o espaço vazio aberto pelo autor. Situada na fronteira entre o enunciado e seu exterior, a rubrica recoloca o problema da cisão entre o sujeito e a escrita que, aparentemente, ela ajudara a suturar. De um lado, ela está no interior do texto. Nesse sentido, ela não assinala mais o autor – é apenas um nome entre outros. De outro, a assinatura está fora do texto. Nessa posição, ela emancipa o enunciado da fonte a que deveria aprisioná-lo – o texto não depende dela para existir. Essa fratura decorre da posição limítrofe da assinatura, como argumenta Todd ao ler Derrida. Citando o filósofo, a autora assinala que a rubrica, quando situada no interior do texto, «ne signe plus, elle opère comme un effet à l’intérieur de l’objet, joue comme une pièce dans ce qu’elle

instância, devido às diversas contraposições ao judaísmo reveladas ao longo do testemunho. A autora não adere de forma permanente aos preceitos religiosos judaicos tampouco condescende com as vítimas do nazismo devido a uma suposta irmandade do sofrimento. A dor antes cinde os homens do que os purifica.¹⁹ Além disso, também o texto está “em fuga”, já que não tem um centro ou um movimento linear: a narrativa avança e recua no tempo, concorre com poemas e trechos de caráter ensaístico, evidencia lacunas. A fragmentação advém, em grande medida, do caráter relacional da autobiografia: é impossível falar sobre si sem remeter a um outro nunca plenamente cognoscível pelo “eu” que escreve. O caráter fragmentário da memória – e da obra – se torna ainda mais grave quando estamos frente a um testemunho sobre o genocídio, pois, como defende Ruth Klüger, as lembranças se tornam inválidas diante do horror da morte nos campos:

O fato de que acabara nu numa câmara de gás, procurando convulsivamente uma saída, torna fúteis todas estas lembranças até invalidá-las. Resta o problema de que não posso substituí-las por outras nem tampouco eliminá-las. Não consigo encaixar umas nas outras, há uma lacuna no meio. (KLÜGER, op. cit., p. 28-29)

Ao explicitar a impossibilidade de narrar a morte do pai, a narradora assume a cisão constitutiva do testemunho. Nesse gênero de textos, deve haver a integração de quem não pode testemunhar e, graças à afonia dos que sucumbiram, também o autor experimenta e expõe a insuficiência de sua palavra.²⁰ Portanto, a estrutura dual do testemunho – definida por Agamben

prétend s'appropriier ou reconduire à l'origine. La filiation se perd. Le seing se défalque » (DERRIDA apud TODD, 2004, p. 69). Diferentemente, quando localizada no seu exterior, “[...] elle [la signature] émancipe aussi bien le produit qui se passe d'elle, du nom du père ou de la mère dont il n'a pas besoin pour fonctionner. La filiation se denonce encore, elle est toujours trahie par ce qui la remarque” (DERRIDA apud TODD, ibidem, p. 69).

¹⁹ Remetemos a este trecho de *Paisagens da memória*: “Isto é uma bobagem sentimental baseada na ideia absurda de que o sofrimento purifica. Em seu íntimo cada um sabe, por experiência própria, como é a realidade: onde há mais fardo a suportar, a paciência em relação ao outro, cada vez mais precária, fica por um fio e os laços familiares tornam-se mais quebradiços. Durante um terremoto, como se sabe, quebra-se mais porcelana do que o normal.” (ibidem, p. 52-53)

²⁰ Em *O que resta de Auschwitz*, Agamben leva adiante as formulações de Benveniste no artigo já citado: além de o eu inscrito no texto diferir do enunciador, o eu-outro grafado no enunciado, porque vazio de significado, tem como efeito apenas registrar a fratura entre língua e fala. O que esse eu profere é, então, somente a impossibilidade humana de falar. Nas palavras do filósofo: “[...] não apenas *eu*, com respeito ao indivíduo que lhe empresta a voz, é sempre já *outro*, mas nem sequer tem sentido dizer, a respeito deste *eu-outro*, que ele fala, pois – à medida que se sustenta somente no puro acontecimento de linguagem, independentemente de qualquer significado – ele se encontra, antes de tudo, na impossibilidade de falar, de dizer algo. No presente absoluto da instância de discurso, subjetivação e dessubjetivação coincidem em todos os pontos, e tanto o indivíduo em carne e osso quanto o sujeito da enunciação calam totalmente. Isso também pode ser expresso dizendo que quem fala não é o indivíduo, mas a língua; isso, porém, nada mais significa senão que – não se sabe como – a palavra atingiu uma impossibilidade de falar.” (AGAMBEN, op. cit., p. 121) Assim, a afonia inscrita no testemunho expande-se para além dos mortos, atingindo também o autor.

como “diferença e integração de uma impossibilidade e de uma possibilidade de dizer” (op. cit., p. 151) – reforça a cisão do sujeito, já evidenciada por toda autobiografia. Não encontramos, pois, a suposta estabilidade atestada pelo nome próprio, mas a concorrência dos nomes inauditos que subjazem no relato. Multiplicam-se os fantasmas, anônimos, de quem não se pode narrar a história. Graças a tal cisão, o texto resta não atribuível, irrubricável, como defende ainda Agamben:

O sujeito do testemunho é constitutivamente cindido, só tendo consistência na desconexão e na separação – não sendo, contudo, redutível às mesmas. Isso significa ‘ser sujeito de uma dessubjetivação’; por isso, a testemunha, o sujeito ético, é o sujeito que dá testemunho de uma dessubjetivação. O fato de não ser possível atribuir o testemunho [*l’inassegnabilità della testimonianza*] não é mais que o preço desta cisão, dessa inquebrantável intimidade do muçulmano e da testemunha, de uma impotência e de uma potência de dizer. (idem, ibidem, p. 151)

A intimidade da testemunha com os que não podem falar poderia levar a postular um âmbito fora da ética para os relatos de sobreviventes. Sem assinatura, o testemunho não conhece um sujeito pleno que responda pelo relato. Tal lacuna atravessa *Paisagens da memória*. Nesse testemunho, a aparente solidez de quem assume o nome do autor é a cada vez minada pela insuficiência da memória – “Se ao menos pudesse me apropriar da memória de minha mãe para completar a minha, imperfeita, e assim penetrar no próprio passado”, afirma a autora (KLÜGER, op. cit., p. 33) – ou pelo vazio instaurado pelos desaparecidos. O sujeito, cindido, rubrica um texto em que testemunha sua impossibilidade de falar. Porém, essa incapacidade mesma será o motor da narrativa. Ao lamento da inviabilidade de narrar os mortos – “Bom seria saber escrever histórias de fantasmas.” (idem, ibidem, p. 30) – segue o imperativo de fazê-lo: “Para lidar com fantasmas, é preciso atraí-los com carne fresca, do presente. Há que entretê-los com superfícies de atrito para fazê-los sair de seu repouso e pô-los em movimento” (idem, ibidem, p. 74). O resultado não é uma verdade confortável, decalcada do passado, mas uma nova manifestação da ruptura entre os vivos e os mortos: “Encontraríamos conexões (onde existirem) e as estabeleceríamos nós mesmas (se as inventarmos)” (idem, ibidem, p. 74). As conexões, é preciso inventá-las, já que o referente é irrecuperável. Um sujeito fraturado apõe seu nome a um texto lacunar.

Atingimos um impasse, em que já não parece possível pensar uma ética da escrita. Como pode Klüger saber-se traidora se a resposta possível ao apelo dos mortos é sempre

vazada, insuficiente, equívoca? Nesse caso, é necessário, com Agamben, postular uma “nova terra ética” para além da responsabilidade, pois em um testemunho a palavra possível está sempre irmanada à ausência de respostas dos que perderam a voz. Esse vazio no interior e na origem do texto não implica um relativismo ou um vale-tudo ético. Segundo Judith Butler, podemos pensar que o malogro em dar conta plenamente de si e dos outros não representa um fracasso moral, mas inaugura uma outra disposição ética “no lugar de uma noção acabada e satisfatória de responsabilidade narrativa” (2009, p. 60). Talvez, defende a autora, a estrutura relacional que condiciona e cega o “eu” seja um recurso indispensável da ética.

Os poemas apostos à narrativa de *Paisagens da memória* constituem a experiência mais aguda de tal cegueira e a resposta mais incisiva à alteridade incontornável dos mortos sem sepultura. As arestas entre a narrativa e os poemas multiplicam a fugacidade registrada em *Paisagens da memória*. Além disso, a poesia instaura uma dessubjetivação radical. De partida, a escrita poética – em um adensamento de um aspecto da escrita em geral – alija o escritor. Ali onde o poeta pensa se inscrever, ele falta a si mesmo.²¹ Talvez por isso, os versos sejam o espaço em que mais claramente se delinea a tarefa ética implicada na escrita do testemunho: falar a partir da fenda entre o dito e o não dito.

Para a menina internada nos campos, a poesia se revela uma forma de resistência e um ato de sabotagem contra o tédio.²² Para a sobrevivente, um exercício visando ao luto. Espécie de substituto imperfeito da oração aos mortos,²³ os poemas contribuem para a inscrição da fala inaudita dos desaparecidos no interior da narrativa. Destinatários dos versos, pai, irmão, mortos cremados nos fornos de Auschwitz participam do movimento de subjetivação e dessubjetivação característico da escrita poética: se eles voltam precariamente ao movimento e à vida graças à

²¹ A reflexão moderna a respeito da literatura chamou atenção para a dessubjetivação implícita na enunciação poética. Autores como Foucault, Barthes, Blanchot, Agamben insistiram a respeito da questão. Blanchot é lapidar em sua formulação do problema: “O escritor pertence a uma linguagem que ninguém fala, que não se dirige a ninguém fala, que não se dirige a ninguém, que não tem centro, que nada revela. Ele pode acreditar que se afirma nessa linguagem, mas o que afirma está inteiramente privado de si.” (BLANCHOT, 1987, p. 17) Também Agamben apresenta proposição primorosa. Segundo ele, o sujeito poético é marcado por um “incessante faltar a si mesmo para consistir somente na alienação e na inexistência.” (op. cit. p. 116)

²² Contra o tempo vazio do campo de concentração, Klüger encontra na poesia uma arma: “Parece-me, entretanto, que o conteúdo dos versos tinha importância secundária e que, em primeiro lugar, a forma propriamente dita – a linguagem em versos e rimas – nos proporcionava um arrimo. Ou talvez também esta interpretação simples seja exagerada, e seria importante determinar primeiramente que os versos, ao dividirem o tempo, se tornam um passatempo, no sentido literal.” (op. cit., p. 112) A questão é complexa e mereceria um ensaio exclusivamente dedicado a ela. Tendo em vista as restrições deste trabalho, chamamos atenção apenas para o fato de que, ao ajudar a narradora a continuar a viver, a poesia é mais uma forma de favorecer o testemunho produzido muitos anos mais tarde.

²³ Remetemos a este trecho de *Paisagens da memória*: “Você subestima o papel da mulher no judaísmo, dizem-me. A ela é permitido acender as velas do *shabat*, depois de pôr a mesa, uma função importante. Mas eu não quero pôr a mesa nem acender velas no *shabat*. Quero rezar o *kadish*. Caso contrário, vou ter de me contentar com minhas poesias.” (KLÜGER, op. cit., p. 26)

literatura, não podem ser capturados por meio dos versos e permanecem esquivos.²⁴ Assim, a escuta recuperada ficcionalmente por meio da interlocução nos poemas faz reincidir a irresponsabilidade dos mortos. O silêncio dos fantasmas renova, ainda, a fugacidade de quem escreve. Em se tratando do genocídio, é preciso perguntar com Klüger em um de seus poemas: “Seremos os vivos fantasmas para os mortos?” (idem, ibidem, p. 90). Realizado também por meio da poesia, o trabalho de luto mostra-se mais uma vez incompleto, precário. Em vez de levar o Eu a ficar desimpedido – como propõe Freud em texto já citado –, o luto realizado nos versos ilumina a errância de quem quer celebrar os mortos. O eu se expõe, portanto, a uma perda quando assume a tarefa de “narrar histórias de fantasmas”.²⁵ Acreditamos já compreender a amplitude do verso final do último poema publicado em *Paisagens da memória* – “pois tenho de seguir adiante quando algum me diz: ‘Fala’.” –: estabelecer o luto pelos mortos insepultos implica sempre a submissão do eu ao silêncio e à mobilidade. Inconsistente e atraído para uma região em que a palavra nada diz, o sujeito enuncia sua traição à tarefa de falar pelos mortos. Ser leal a essa incumbência confina, portanto, com a revelação da impossibilidade de levar a tarefa a cabo. A verdade enunciada e rubricada é a de uma potência oriunda da máxima impotência, de uma palavra decorrente do silêncio. Grafada essa verdade, resposta consequente ao apelo dos fantasmas, a narradora pode encontrar um pouso e ser poupada de “seguir mudando de casa” (idem, ibidem, p. 252)

ESTA TRAIÇÃO – CONSIDERAÇÕES FINAIS

“No fim, restou esta traição.” (idem, ibidem, p. 237) Assim, se encerra o capítulo de *Paisagens da memória* que antecede o epílogo. Poderíamos pensar que a traição referida se restringe ao comportamento da narradora em relação a seus familiares ou aos internos dos campos. A hipótese, porém, é desmentida por um dos trechos da narrativa: “Não praticara traição alguma, era o que sabia. Era inocente, não havia feito nada de reprovável, só havia engolido o fruto do conhecimento.” (idem, ibidem, p. 165) Ao encontrar, já liberta, os homens do campo, a narradora se recusa a assumir a culpa pela morte dos internos. Não há traição, mas

²⁴ Citamos este trecho do poema “Yom Kippur”: “E não nos ajudais e permaneceis esquivos,/ recusando a reconciliação no ano novo,/ e afastais de vós nossas mãos e bocas/ como afastam das sinagogas os animais impuros.” (KLÜGER, ibidem, p. 90)

²⁵ Devemos a Jean Allouch a concepção do luto como um ato, isto é, como um processo “susceptível de efetuar no sujeito uma perda sem qualquer compensação, uma perda seca” (2004, p. 11). Segundo o psicanalista, esse ato deve ser pensado como um sacrifício: “O enlutado nele efetua sua perda, suplementando-a com o que chamaremos ‘pequeno pedaço de si’; eis, propriamente falando, o objeto desse sacrifício de luto, esse pequeno pedaço nem de ti nem de mim, de si; e, portanto: de ti e de mim, mas na medida em que tu e eu permanecemos, em si, não distintos.” (ibidem, p. 12)

dívida: “Fica-se empenhado de uma maneira estranha, não se sabe a quem”, afirma Klüger (ibidem, p. 165). A dívida parece paga, já que os fantasmas podem finalmente deixar a narradora em paz, como lemos no penúltimo parágrafo do livro. Trair e dever não são idênticos.

A traição tampouco se identifica à mentira ou à má-fé. Em *Paisagens da memória*, a importância da transmissão de um saber exato é diversas vezes afirmada: “Não gosto de relatar coisas que só conheço de ouvir contar”, alega Klüger (ibidem, p. 30). Segundo nossa hipótese, a traição é realizada por meio da enunciação da verdade do testemunho. Quando é preciso falar pelos mortos insepultos, trair e cuidar se aproximam. De fato, se a narrativa parte da consideração da singularidade da experiência dos campos – proposição revelada desde a epígrafe –, a testemunha tem de lidar com a impossibilidade de recompor a palavra do outro. Falar sobre os mortos implica trair a especificidade de sua experiência inaudita dos campos. Silenciar seria, então, o modo de honrar os que perderam a voz? Tal postura representaria apenas uma perpetuação do apagamento a que foram submetidos os extintos pelo nazismo. Em se tratando do genocídio, como propõe Klüger, “os opostos, lealdade e deslealdade, devem ficar juntos como altura e profundidade, como amizade e traição.” (p. 234). A traição constituída pelo testemunho de Klüger é, pois, um gesto de cuidado: enunciar a afonia dos cadáveres dos campos e revelar a insuficiência da palavra dos sobreviventes unem-se em um mesmo gesto de zelo pelos fantasmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*: o arquivo e a testemunha. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: _____. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 181-190.

_____. *A câmara clara*: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5ª ed. Campinas: Pontes, 1995, p. 284-293.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BUTLER, Judith. Dar cuenta de sí mismo. In: *Dar cuenta de sí mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Madrid: Amorrortu, 2009, p. 13-60.

DERRIDA, Jacques. Signature événement contexte. In: *Marges de la philosophie*. Paris: Éditions de Minuit, 1972, p. 365-393.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 170-194.

LACAN, Jacques. *Nomes-do-pai*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

KLÜGER, Ruth. A escritura autobiográfica entre literatura e realidade. In: GALLE, Helmut (org.) et al. *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 21-30.

_____. *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*. Tradução de Irene Aron. São Paulo: Editora 34, 2005.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Editions du Seuil, 1996.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

TODD, Jane Marie. Autobiography and the case of signature: reading Derrida's *Glas*. in: MACLACHLAN, Ian (ed.). *Jacques Derrida: critical thought*. Aldershot: Ashgate, 2004, p. 67-85.